

GESTÃO E PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO: análise das reestruturações espaciais ocorridas a partir da implantação da UHE Belo Monte (PA)

THE MANAGEMENT AND PLANNING OF DEVELOPMENT: analysis of the spatial restructuring which have been occurring since the implementation of the Belo Monte hydroelectric plant, Pará, Brazil

GESTIÓN Y PLANIFICACIÓN DEL DESARROLLO: análisis de las reestructuraciones espaciales ocurridas a partir de la implantación de la UHE Belo Monte (PA)

Michelle Sena da Silva

Doutoranda em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo – USP. Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Docente FACGEO/CALTA/UFPA.
michellesena@ufpa.br / <http://orcid.org/0000-0002-6914-6994>

Recebido para avaliação em 01/07/2019; Aceito para publicação em 18/08/2019.

RESUMO

Para a realização das discussões atuais que envolvem a gestão e o planejamento do desenvolvimento, no âmbito da intensificação do processo de globalização, torna-se imprescindível compreender a pertinência e os limites apresentados pelas discussões teóricas sobre o processo de reestruturação espacial materializado a partir da instalação de grandes empreendimentos hidrelétricos na Amazônia. Concernente a esta prerrogativa, o debate acerca da escala local como nível de análise da reestruturação espacial tem sido realizado nos diversos ramos científicos como princípio para o entendimento das repercussões das transformações político-econômicas e socioambientais, para as sociedades contemporâneas. A agenda normativa dos municípios brasileiros cada vez mais insere em suas discussões a problemática ambiental como possibilidade de se repensar as práticas espaciais que ao longo do tempo trouxe impactos negativos para o seu território local. Neste contexto, ao levarmos em consideração as transformações ocorridas no município de Altamira partimos do pressuposto de que a implantação da hidrelétrica segue uma proposta de desenvolvimento econômico elaborado em escala global/nacional que desconsidera os interesses dos grupos sociais preexistentes na região, desencadeando com isto uma nova dinâmica de (re) produção espacial que se materializará no município de Altamira com maior intensidade do que nos outros municípios.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Reestruturação Espacial; Amazônia; UHE Belo Monte.

ABSTRACT

In order to discuss the current debate on the management and planning of development, considering the intensification of the globalization process, it is essential to understand the relevance and limits presented by the theoretical discussions on the process of spatial restructuring implemented from the building of large hydroelectric enterprises in the Amazon region. In this regard, the debate on the local scale as a level of analysis of spatial restructuring has been carried out in various scientific fields as a principle for understanding the repercussions of political-economic and socio-environmental changes in contemporary societies. The normative agenda of Brazilian municipalities has increasingly inserted in their discussions the environmental issue as a possibility to rethink spatial practices which have brought negative impacts to their local territory

| Michelle Sena da Silva |

over time. In this context, considering the changes that have occurred in Altamira (Pará, Brazil) the text takes into account that the implementation of the hydroelectric plant was inspired by an economic development conception elaborated on a global/national scale that disregards the interests of pre-existing social groups in the region. It triggers a new dynamic of (re)spatial production which is going to develop with greater intensity there than in other municipalities.

Keywords: Development; Spatial Restructuring; Amazon; Belo Monte hydroelectric plant.

RESUMEN

Para la realización de las discusiones actuales que involucran la gestión y la planificación del desarrollo en el marco de la intensificación del proceso de globalización, resulta imprescindible comprender la pertinencia y los límites presentados por las discusiones teóricas sobre el proceso de reestructuración espacial materializado a partir de la instalación de grandes emprendimientos hidroeléctricos en la Amazonia. En el marco de esta prerrogativa, el debate sobre la escala local como nivel de análisis de la reestructuración espacial ha sido realizado en las diversas ramas científicas como principio para el entendimiento de las repercusiones de las transformaciones político-económicas y socioambientales, para las sociedades contemporáneas. La agenda normativa de los municipios brasileños cada vez más inserta en sus discusiones la problemática ambiental como posibilidad de repensar las prácticas espaciales que a lo largo del tiempo trajo impactos negativos para su territorio local. En este contexto, al tomar en consideración las transformaciones ocurridas en el municipio de Altamira partimos del supuesto de que la implantación de la hidroeléctrica sigue una propuesta de desarrollo económico elaborado a escala global / nacional que desconsidera los intereses de los grupos sociales preexistentes en la región, desencadenando con esto una nueva dinámica de (re) producción espacial que se materializará en el municipio de Altamira con mayor intensidad que en los otros municipios.

Palabras clave: Desarrollo; Reestructuración Espacial; Amazonia; UHE Belo Monte.

INTRODUÇÃO

A construção da sociedade está inserida numa lógica de produção espacial e reprodução social, e, deste modo, concorre para a efetivação de um processo de desenvolvimento que deverá abarcar toda uma sociedade, levando-se em consideração a amplitude de sua aplicação. Haja vista o intuito de diminuição das disparidades regionais.

Neste sentido, buscamos entender a racionalidade expressa na lógica desenvolvimentista, cuja razão de ser é visualizada na construção das diretrizes e na aplicação de políticas públicas que possibilitarão (ou não) a promoção do desenvolvimento no sentido amplo, envolvendo os aspectos político-econômicos e socioambientais.

A discussão inicial deste trabalho refere-se às análises efetivadas pela Geografia acerca do desenvolvimento das sociedades históricas para explicar a materialização humana e suas impressões sobre o espaço, tendo como base dessa discussão a necessidade inerente do homem de intervir no meio para a reprodução social. Isto se relaciona com o princípio de que a materialização da relação do homem com a natureza sempre esteve balizada por processos de ordenamento territorial.

| Michelle Sena da Silva |

A problematização deste trabalho requer que se realize um diálogo teórico-metodológico sobre as concepções de desenvolvimento e reestruturação espacial, para se entender como os rearranjos institucionais, assim como as disputas e os conflitos territoriais, que serão materializados a partir da implementação de políticas desenvolvimentistas que determinam a configuração territorial de um dado espaço, que neste trabalho se assenta nas transformações espaciais ocorridas a partir da implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Estado do Pará.

Adequando-se a essas premissas e no cerne deste trabalho trataremos a esfera municipal sob um enfoque localizado sim, mas não perdendo de vista o entendimento da totalidade espacial por ela configurada e que estará refletindo a relação direta entre sociedade, natureza e Estado. Concebemos o município como espaço de materialização dos anseios e conquistas sociais, e o processo de descentralização administrativa do território, como instrumento utilizado pelo Estado para promover o ordenamento territorial, enquanto produto da reestruturação capitalista e da reconfiguração espacial do processo produtivo.

RELAÇÕES ESCALARES: disputas e conflitos territoriais no âmbito da UHE Belo Monte

Um pensamento que se deve levar em consideração é suscitado por Becker (1988), ao ponderar sobre a questão da relação das escalas na tomada de decisão política num momento de transição democrática, na qual são redefinidas as atribuições das escalas de poder público.

As sociedades territorialmente localizadas perdem autonomia em face dos atores da escala mundial que agem segundo uma lógica global em grande parte por eles ignorada e não controlada, em unidades que por seu tamanho e sua transnacionalidade permanecem acima das pressões sociais e controles políticos, e cujas comunicações e decisões recebidas segundo a posição de cada local na rede de trocas e não segundo valores sociais e culturais (BECKER, 1988, p. 102).

Este pensamento coloca em questão o papel que as escalas subnacionais exerciam antes da reformulação político-administrativa de 1988, onde elas passam a ter ampliação da atuação. Isso não quer dizer, no entanto, que estas passaram a ter total domínio sobre a agenda político-econômica de seu território, apenas têm a possibilidade de inferir decisão política sobre as políticas territoriais que moldam a configuração espacial do local.

Estas relações estão intimamente ligadas à diversidade de atores que estão atuando nas escalas diferenciadas de análise, daí termos em questão o poder como fruto ou

| Michelle Sena da Silva |

determinação da ação desses atores que, ao imprimirem suas ações no território, irão construir suas territorialidades de forma a suprir suas necessidades de manutenção do território.

Concernente a isto é que nos assentamos no pensamento de Becker (1988, p. 102) de que,

A questão territorial abre a perspectiva da multidimensionalidade do poder referente à prática espacial estratégica de todos os níveis, escapando da concepção totalitária de um poder unidimensional seja de um Estado, do capital ou máquina de guerra; abre espaço para imprevisibilidade derivada de particularidades do corpo social que correspondem a processos em curso em todas as escalas, inclusive local e regional, por vezes contraditórias com os processos dominantes na escala nacional e mundial, mas que neles atuam.

Nesta concepção o território seria uma área delimitada pela apropriação de um determinado grupo, sendo que a partir da posse atribuiria uma identidade, a qual seria denominada identidade territorial. Este conceito estaria diretamente relacionado com a concepção de espaço vital, o qual preconiza a necessidade territorial de uma sociedade tendo em vista seu equipamento tecnológico, seu efetivo demográfico e os recursos naturais disponíveis. Esta seria a composição que configuraria a porção espacial do planeta necessária à reprodução social.

Um agente interessante incorporado nesta concepção é o Estado Moderno, cuja gênese esta relacionada com a necessidade de uma sociedade em efetivar a função de defesa sobre o espaço vital, haja vista que as necessidades humanas de habitação e alimentação determinariam a propriedade de um espaço relativo e com isto o território seria então produto da capacidade de organização político-societal de um determinado grupo.

É neste contexto que a figura do Estado aparece como o impulsionador do progresso da sociedade, pois age no direcionamento da produção do espaço resultante do trabalho humano. Parte-se, então, da premissa de que o surgimento do Estado está diretamente relacionado à necessidade de um grupo se organizar politicamente no espaço e tomando posse do mesmo por questões de sobrevivência.

Outro importante teórico, Claude Raffestin (1993), insere na questão referente à produção do espaço e apropriação do território a discussão sobre Poder entendendo-o como parte intrínseca de toda e qualquer relação, ao configurar-se como o alicerce móvel das relações de forças que estão em consonância para a configuração socioterritorial posta em determinado tempo e espaço, os quais são organizados pela combinação de energia e informação.

| Michelle Sena da Silva |

Na formulação de Raffestin (1993), a Geografia Política enfatizaria primordialmente três elementos: a população, de onde emana todo o poder e a capacidade de proceder à ação para a transformação; o território, entendido como a cena do poder e o lugar de todas as relações; e os recursos, que determinam e direcionam o alcance da ação. Estes seriam os trunfos do poder com possibilidades de formarem redes relacionais, sendo que o poder instituído ao Estado visaria à dominação sobre os homens e as coisas.

Para este autor, o território seria o espaço onde foi projetado o trabalho humano, seja em forma de energia e/ou informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. Ou seja, a construção territorial se conforma na configuração de tessituras, nós e redes constituintes do sistema territorial, enquanto delimitação dos campos operatórios determinados por uma prática espacial.

Concernente a isto o território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo; é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos de poder (RAFFESTIN, 1993), sendo que o enquadramento do poder, através das tessituras, nos revela que o caráter mais estável destas pode ser mais bem identificado nos limites políticos-administrativos do que nos de caráter econômicos. Haja vista a intensa mobilidade com que os processos econômicos se processam.

Raffestin (1993, p. 44-45) enfatiza este pensamento ao afirmar que,

A grande diferença entre malha política e malha econômica está no fato de que a primeira resulta de uma decisão de um poder ratificado, legitimado, enquanto a segunda resulta de um poder de fato; as tessituras políticas não se desfazem, não se apagam tão facilmente como as tessituras econômicas [...] A tessitura política se transmite e se herda com mais facilidade que a tessitura econômica, pois é a expressão de um estado de direito, de soberanias, mais que de ações contínuas, como no domínio econômico.

O entendimento das transformações na estruturação da realidade pressupõe que haja compreensão de que as possibilidades e determinações da dinâmica político-econômica em escala global irão apresentar materializações de ordem político-social nas menores estruturas de organização territorial.

No bojo desses acontecimentos podemos entender que a territorialidade, como prática social de apropriação, irá sofrer repercussões derivadas das transformações contemporâneas. Verifica-se, então, a reafirmação da identidade cultural de um grupo a partir da exacerbação de formas simbólicas que os coletivizam e individualizam concomitantes e que dão forma para a ação humana.

No âmbito das políticas escalares verificou-se que no início do séc. XX as relações desenvolvimentistas eram travadas entre a escala nacional e internacional. Atualmente essa

| Michelle Sena da Silva |

questão é assistida entre o global e o local, no qual enfatizamos o papel a ser desempenhado pelo município, território local, como implementador das políticas públicas gestadas a nível global.

Uma questão que tem se efetivado na atualidade diz respeito à concepção da escala de ação prioritária para a gestão e o planejamento das políticas públicas de desenvolvimento. Atualmente, a escala local tem sido privilegiada, assumindo várias atribuições políticas que antes se efetivavam na escala nacional. Com isso, “a importância estratégica do local como centro de gestão do global no novo sistema técnico-econômico pode ser apreciada em três níveis principais: o da produtividade e competitividade, o da integração sócio-cultural e o da representação e gestão política” (BORJA; CASTELLS, 1997 apud VAINER, 2001, p. 17).

É inegável a ampliação das possibilidades da escala local, para agir de acordo com os preceitos globais de atrair para o seu território empresas que construam um cenário de competitividade que possa agir no desenvolvimento do local. De outra forma, esta escala de atuação tem como diferencial oferecer um ambiente integrado culturalmente, enraizado de identidade cultural.

Esses dois princípios irão ao encontro dos interesses do Estado em recomposição ao possibilitar que o mesmo cumpra de maneira eficaz as funções capitalistas de acumulação e legitimação, tornando-se impermeável perante as demandas sociais e fortalecendo sua hegemonia e governabilidade.

Cada vez mais estão sendo colocados desafios para a ciência, o qual seja o de entender de que forma estão sendo materializadas as articulações entre as escala globais e locais, levando em consideração a globalização da economia, a competição por mercados e a inovação tecnológica que configuram as formas espaciais, sobretudo na escala local.

A recomposição social em torno ao local seria resultado da perda da eficácia reguladora das estruturas e instituições do Estado-Nação como referente unificador da regulação do território. Por um lado, as pressões do capitalismo global demandariam medidas supranacionais (continentais) e, por outro, a crise de legitimidade do capitalismo exigiria medidas intranacionais (locais e regionais) (ACSELRAD, 2002, p. 39).

Se de um lado a emergência da escala local é sinal da fragilidade do Estado em se adequar às grandes transformações no mundo contemporâneo, esta mesma situação poderia ser a essência da nova configuração que o mesmo passa a desenvolver em suas atuações econômicas, políticas e sociais, haja vista que,

| Michelle Sena da Silva |

No âmbito das políticas públicas, difundiu-se a crença na racionalidade que decorre dos ajustes de mercado e das negociações efetuadas em espaços decisórios segmentados; encurtaram-se os horizontes temporais das decisões concertadas; substituiu-se a política operadas em escalas abrangentes pelos procedimentos técnicos acionados em escalas locais e fragmentárias. (ACSELRAD, 2002: p. 34).

Essa aproximação ocorre de forma a possibilitar a permanência da alteridade em nível local, embora sob influência da força universalizante da circulação do capital (ALBAGLI, 1999). Concernente a isso, a materialização de todo e qualquer fenômeno se dará de maneira diferenciada sempre devido às especificidades locais que levam em consideração a construção histórico-social de cada porção territorial.

Trata-se, então, de atentar para a polimorfia do espaço e para o fato de que os fenômenos sociais definem-se também a partir da relação com o seu meio de referência, do mesmo modo em que se articulam nas diferentes escalas. (...). O Estado-Nação ainda que tendo o seu papel modificado diante do processo de globalização, tem suas responsabilidades ampliadas no tocante ao desenvolvimento e à implementação de políticas nacionais orientadas para promover uma intervenção coordenada nos planos global, nacional e regional/local (ALBAGLI, 1999, p. 182).

A redefinição do pensamento desenvolvimentista configura-se com a emergência da discussão sobre a promoção do desenvolvimento a partir das potencialidades endógenas, apresentando as especificidades locais como fator primordial para a materialização do desenvolvimento; o local constitui suporte e condição para relações globais: é nele que a globalização se expressa concretamente e assume especificidades (ALBAGLI, 1999, p. 186).

Dentro dos princípios que regem o período atual tanto a ciência como outros campos da vida cotidiana irão primar por analisar as configurações socioespaciais de âmbito localizado, elevando o município como a escala de análise principal para se entender como as sociedades têm processado as grandes transformações em seus territórios, partindo de outro referencial espacial que não seja o do Estado-Nação.

No cenário global atual apresentam-se dois modelos econômico-políticos, os quais determinam funcionalidades distintas e específicas para o desenvolvimento local. De acordo com Albagli (1999), de um lado temos na fundamentação teórica neoliberal a inserção competitiva enquanto padrão de desenvolvimento nacional/regional/local e enquanto estratégia de posicionamento vantajoso dessas distintas unidades político-territoriais ante a globalização. De outro, baseado na tese de desenvolvimento sustentável, o qual se projeta a partir de evidências sobre os limites socioambientais dos padrões atuais de produção e consumo, apresentando-se como alternativa a via capitalista dominante.

| Michelle Sena da Silva |

As transformações de caráter econômico, político e social que ocorrem em escala global não se materializam concomitante no Brasil. As repercussões serão visíveis a partir da década de 1980, e mais forte na década de 1990, quando os preceitos desenvolvimentistas do Estado dão margem para a emergência dos questionamentos acerca da descentralização como um fator de diminuição das atribuições estatais.

Essas mudanças influenciam o Brasil da seguinte forma: na área econômica, ocorreu um intenso processo de abertura econômica e a busca por uma maior integração regional que poderá propiciar uma maior competitividade do país na inserção do mesmo na economia-mundo; no âmbito estatal, teve-se uma crise de governabilidade acarretada pela falta de recursos orçamentários, com cortes de gastos, e uma crescente pressão social propiciada pela redemocratização, em busca de mais e melhores serviços públicos.

Em se tratando de desenvolvimento local revela-se a inexistência de padronização das propostas desenvolvimentistas, cuja materialização requer uma mudança na forma de gestão pública, pois, a competência maior dos gestores é de desenvolver ações em prol de dinamizar o desenvolvimento enquanto articulador da participação democrática da sociedade local.

Partindo do pressuposto levantado por Becker (1988), de que a escala geográfica é um princípio de organização, é um princípio instigador, focalizando os vários processos em curso de forma integrada, bem como a forma como se manifestam em diferentes ordens de grandeza, entendemos o jogo de poder que permeia os processos de determinações escalares.

A relação estabelecida entre a escala do Estado-Nação e a escala local conforma-se a partir da complementaridade na qual a premissa da contradição, ao desenvolver ações em prol da produção e gestão, a acumulação determina ações diretas sobre o local, que se configura como essencial para as atividades cotidianas de uso e apropriação de um determinado espaço, tornando-o território.

Seguindo a lógica da inter-relação entre as escalas, Albagli (1999) afirma que as escalas territoriais, por sua vez, do local ao mundial, conferem especificidades às práticas que sobre elas intervêm, expressando distintos níveis de interesse e solidariedade, do mesmo modo que tais escalas e práticas encontram-se, cada vez mais, mutuamente referenciadas e imbricadas.

O OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL: gestão e planejamento do desenvolvimento regional de Belo Monte

| Michelle Sena da Silva |

A Amazônia historicamente constitui-se de espacialidades que não se adequavam às aspirações desenvolvimentistas do Estado, configurando-se, assim, como obstáculo à expansão do capital na região. Por isso, foi concebida como espaço preferencial para ações e/ou estratégias do Estado no sentido de possibilitar o crescimento econômico do país, baseado na exploração de seus recursos naturais abundantes e promover a ascensão do Brasil no cenário da economia mundial.

Neste contexto, a partir da década de 1960, com o intuito de superar as deficiências apresentadas, o Estado impõe uma (des) ordem espacial, a qual resulta das relações de produção que foram e estão sendo produzidas e reproduzidas, criadas e concretizadas, moldadas a partir da interação que envolve tanto a ação estatal quanto a prática social pré-estabelecida (OLIVEIRA, 2000).

Esta (des)ordem é marcada pela instalação de objetos técnicos (SANTOS, 1998, p. 111) que promoveram diversas transformações socioespaciais no território amazônico. Entre as transformações ocorridas encontraremos a que diz respeito à implantação de empreendimentos hidrelétricos nos principais rios da região, que até então se configuravam como principal vetor de circulação da região. Com a rápida e recente ocupação regional, novos fatores determinantes da lógica espacial passam a ser incorporados ao processo de produção do espaço amazônico.

Concernente a esta ideia nos assentamos na afirmativa de Vainer e Araújo (1992, p. 48), de que, ainda na atualidade,

A localização desses mega-empreendimentos em espaços periféricos dos eixos do desenvolvimento nacional não respondem, nem pretendem responder, a uma preocupação com a desconcentração das atividades econômicas. Ela expressa, isto sim, a tendência à apropriação e mobilização produtiva dos recursos naturais em benefício de circuitos de acumulação que, mesmo quando se capitalizam até os pontos mais distantes, têm sua lógica dinâmica e comando determinados nos centros nacionais e internacionais.

Desta forma, os rebatimentos territoriais de empreendimento hidrelétrico na Amazônia vêm imprimindo configurações espaciais de diversas magnitudes, desde a década de 1970, como política territorial de sustentação do desenvolvimento brasileiro. Isso pode ser evidenciado quando observamos a instalação dos empreendimentos hidrelétricos na região Amazônica como descrito no quadro a seguir.

| Michelle Sena da Silva |

Quadro 1 – Periodização da instalação de hidrelétricas na Amazônia, 1970-2020.

PERÍODO	HIDRELÉTRICAS	CONTEXTO
1970	Coaracy-Nunes (1975) e Curuá-Una (1977)	Consolidação do setor elétrico no Brasil e opção pela Amazônia como <i>locus</i> principal para a sustentação energética da industrialização brasileira baseada na hidroeletricidade.
1980	Tucuruí (1984), Balbina (1987), Manso (1987) e Samuel (1988)	Estatização do setor elétrico brasileiro e fragilidade das determinações socioambientais para a implantação de grandes obras na Amazônia.
1990 – 2000	Lajeado (1999) e Peixe Angical (2006)	Privatização do setor elétrico e entrada em operação da primeira etapa da interligação Norte-Sul, com hegemonia da interligação e centralização da operação.
2010	Dardanelos (2011), S. Antônio (2011), Rodon II, Estreito (2012), Jirau (2013), Belo Monte (2015) e Colíder (2015), S. Salvador (2015).	Consolidação da incorporação da hidroeletricidade da região amazônica para suprimento às regiões Nordeste e Sudeste, compondo um sistema nacional.
Em construção	Teles Pires (2020)	

Fonte: adaptado pela autora a partir de Machado e Sousa (2003) e Fearnside (2015).

Evidenciando esses pressupostos temos na bacia do Rio Xingu desde a década de 1970 a proposta de aproveitamento hidrelétrico que em virtude de intercorrências políticas, econômicas e sociais não foi instalada até a década de 2000. Destacamos as intercorrências sociais por se tratar de um processo societal que teve como início o movimento regional de resistência à instalação da hidrelétrica por parte dos povos indígenas, e que após a organização inicial obteve a adesão dos outros segmentos sociais.

Entretanto, a partir do que preconiza a política de desenvolvimento nacional apresentada pelo Avança Brasil (2000/2003), há a apresentação da instalação da UHE Belo Monte como estratégica para a elevação da capacidade energética do país, configurando como um objeto espacial estruturante para a consolidação do Eixo de Desenvolvimento Madeira/Amazonas. Desta forma, são retomados os estudos ambientais para a implantação do empreendimento hidrelétrico, que inicia em 2011 com previsão de operação total para 2019, de acordo com os documentos oficiais da Norte Energia S.A. (NESA).

A instalação da usina de Belo Monte tem origem na proposta para a instalação de um complexo de aproveitamento hidrelétrico que identificou a necessidade de construir duas usinas, Kararaô e Babaquara, sendo objetos espaciais importantes para a materialização de um plano de desenvolvimento regional, sendo a exploração do potencial hidráulico na bacia do Rio Xingu (Pará/Amazônia) a base de sustentação. Na década de

| Michelle Sena da Silva |

2000 ocorreu um redimensionamento do projeto, resultando na proposta em vias de instalação na região e que passou a ser denominado de UHE Belo Monte.

O que isso significa para a população atingida? Depende, pois, de acordo com Barrios (1986, p. 19), “o espaço socialmente construído compreende o conjunto de elementos materiais transformados pelas práticas econômicas, apropriados pelas práticas políticas e constituídos em significações pelas práticas cultural-ideológicas”. Ainda relacionado a essa preocupação, Lefebvre (2008, p. 48) afirma que,

Não se pode dizer que o espaço seja produto como outro objeto ou soma de objetos, coisas ou coleção de coisas, mercadoria ou conjunto de mercadorias. O espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações sociais de reprodução. O espaço seria, desse modo, uma espécie de esquema num sentido dinâmico comum as atividades diversas, aos trabalhos divididos, à cotidianidade, Às artes, aos espaços efetuados pelos arquitetos e pelos urbanistas. Seria uma relação de suporte de inerências na dissociação, de inclusão na separação. A ideologia coincide com a prática: a separação na sociedade burguesa.

A Rodovia Transamazônica tem sua origem atrelada à perspectiva de desenvolvimento regional e assentada na perspectiva de inserir a região no ideário nacional que configurou as estratégias governamentais da década de 1960/1970. Mesmo que isso esteja muito distante da realidade vivenciada pelos diversos grupos sociais locais, sejam eles originários da região ou os migrantes que vieram em busca de melhoria da qualidade de vida. No pensamento de Trindade Jr. (2010), as estruturas espaciais identificadas acima denotam características que podem ser assemelhadas:

As “cidades na floresta”, por outro lado, são aquelas que tendem a se articular principalmente às demandas externas da região, fazendo da floresta um elemento de pouca integração aos novos valores da vida urbana, sendo mesmo sua negação, vista, principalmente, como espaço de exploração econômica (madeiras, minérios, fragrâncias, espécies animais e vegetais, turismo etc.). A forma de articulação e de interação das “cidades na floresta” se dá, em grande parte, muito mais com outras realidades fora da região do que propriamente com a realidade interna (TRINDADE JR., 2010, p. 118).

No entanto, mesmo nessas considerações podemos encontrar variações, pois as relações desses espaços não contemporizam a expressão espacial como externo em sua magnitude, sendo um simples fragmento que teve importância em determinado tempo histórico, mas que não produziu rugosidades (SANTOS, 1996) expressivas que lhes fortaleçam nos tempos atuais. É como se elas se estabelecessem como cidades jovens, mas com vigor de senhoras idosas. A que mais se difere deste meu pensamento é cidade de Altamira, com dinâmica própria de adequação às determinações externas que lhe são exigidas.

| Michelle Sena da Silva |

No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai se fazendo, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades etc., verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada (SANTOS, 1996, p. 51).

Encontrar o equilíbrio entre a preservação das áreas naturais e a comunidade local nas propostas de desenvolvimento requer que sejam fortalecidas ações através de diretrizes como planejamento e gestão de políticas públicas aplicadas em prol do desenvolvimento, de forma que sejam colocadas em prática a partir de parcerias estabelecidas entre comunidade e poder público na formação de consciência ambiental.

As práticas territoriais das quais derivam modelos de desenvolvimento meramente econômico concorrem para a intensidade da degradação ambiental dos espaços, assim como da depredação dos recursos naturais existentes nestes espaços. Um direcionamento que tem se efetivado em prol da reversão da crise ambiental condiz com a premissa de fortalecimento das instituições públicas com influência nas questões ambientais.

De acordo com Ajara (1993, p. 7), “as soluções para a atual crise devem ser encontradas no âmbito do tecido social, em cujos sistemas institucionais e de poder de distribuição de recursos são engendradas diretrizes para o uso político do território”.

A centralização, na figura do Estado, das determinações da política ambiental no Brasil perdurou até a década de 1980, quando eclode no ideário nacional a formulação de políticas voltadas para a racionalização do uso e apropriação do meio ambiente. Esta eclosão é fruto dos vários interesses e atores que estão envolvidos na problemática ambiental e de certa forma coadunam com a proposta de proteção e conservação do ambiente.

Mesmo com as mudanças ocorridas na vida sociopolítica do Estado brasileiro ainda hoje se verifica que a esfera estatal é o princípio de onde emana a gestão e o planejamento ambiental, os quais perpassam a elaboração e instrumentalização de políticas públicas cujas diretrizes tendem para um melhor tratamento para a questão ambiental. No entanto, na prática dessas formulações acaba não se materializando devido, principalmente, à relevância que os interesses políticos e econômicos recebem em detrimento aos socioambientais. Cada vez mais vislumbram-se novas orientações dentro da gestão pública que pesem sobre a regulação, o controle e o monitoramento dos impactos ambientais. Isto é fruto da junção de fatores como:

Democratização dos processos de tomada de decisão, ampliação da participação da sociedade civil na resolução dos problemas ambientais e descentralização das

| Michelle Sena da Silva |

atividades de monitoramento e fiscalização (...) que (...) passaram a fundamentar modelos alternativos de gestão ambiental (COELHO; CUNHA, 2003, p. 43).

Relacionado com a questão ambiental, as competências municipais abrem perspectiva para a realização da proteção ambiental, pois entende que a atuação desta esfera local se apresenta como a mais apta a agir eficazmente na resolução de demandas por um espaço ecologicamente mais equilibrado. Isto não significa o isolamento do município perante as outras esferas, seja estadual ou federal, na resolução das demandas. Significa que a partir de um pacto federativo bem delineado e estruturado o município passa a ter as condições reais de as questões ambientais ao nível de seu território local. Concernente a isto é averiguado que,

A partir dessa concepção, considerando a atribuição constitucional de competências dada pela Constituição Federal de 1988 e o princípio da subsidiariedade, que informa a distribuição de competências no Estado Federal, pretende-se contribuir para uma perspectiva abrangente acerca do poder de atuação do município nas questões ambientais (GUIMARÃES, 2004, p. 68).

Estas considerações podem ser mais bem explicitadas a partir da análise do princípio da subsidiariedade e forma que se entenda o papel atribuído a cada esfera do poder público. De acordo com este princípio, o ente federativo municipal teria como responsabilidade a satisfação dos interesses locais, deixando a cargo da esfera estadual realizar os interesses que se configurem regionalmente. A União agiria no cumprimento das demandas que não tenham sido satisfeitas pelas demais esferas. Este princípio passa a ser mais bem definido a partir da instituição do SISNAMA, através da Lei 6938/81, quando se observa a configuração do poder municipal de fiscalizar as ações cuja materialização possa derivar em degradação ambiental. Desta forma, a partir destes preceitos legislativos cabe ao poder municipal o poder de polícia.

No bojo das discussões referentes ao poder de gerir o território com base na sustentabilidade, percebe-se o seu embasamento na parceria que deverá ser estabelecida para a construção de uma nova postura do poder público no planejamento das possibilidades de desenvolvimento, constituindo, assim, a gestão do território como o fundamento para a instalação de um ambiente democrático na tomada de decisão que é inerente à aplicação de políticas públicas. Desta forma, é no contexto das redefinições sócio-político-ambiental que se materializa a busca de novas formas de se estabelecer os parâmetros que balizam as relações homem-ambiente e que devem direcionar toda e qualquer proposta de desenvolvimento como possibilidade de reestruturação da sociedade

moderna. Partimos do pressuposto levantado por Callai (1997, p. 11), ao aferir que o município

É uma escala de análise que permite que tenhamos próximos de nós todos aqueles elementos que expressam as condições sociais, econômica, políticas de nosso mundo. É uma totalidade, considerada no seu conjunto, de todos os elementos ali existentes, mas que, como tal, não pode perder de vista a dimensão de outras escalas de análises.

Isto demonstra que, as especificidades apresentadas pela escala municipal possibilitam a construção de diretrizes de desenvolvimento que respondam às demandas locais em prol do amplo desenvolvimento dos diversos atores sociais que compõe o território, através da aplicação de uma gestão democrática, com participação maciça da sociedade civil organizada, efetivando um planejamento estratégico que atenda às especificidades locais, impulsionando o desenvolvimento em aspecto amplo.

O LOCAL COMO ESCALA PRIMORDIAL PARA A MATERIALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO: a experiência de Altamira (PA)

A relação da inserção regional da UHE Belo Monte com a (re) produção espacial ocorrida na Região de Integração Xingu resulta na reestruturação econômica, política e social vivenciada nesse processo espacial. Neste contexto, nos assentaremos no pressuposto de que a inserção regional desta hidrelétrica segue uma proposta de desenvolvimento econômico elaborada em escala nacional que desconsidera os interesses dos grupos sociais preexistentes, desencadeando com isto uma nova dinâmica e reestruturação espacial na referida região.

Conseqüentemente, ocorre um intenso processo de reestruturação econômica baseado na instalação de redes de infraestrutura com funcionalidade essencialmente voltada para a instalação e operação da hidrelétrica. Neste mesmo sentido, verifica-se a reestruturação política, pois a região passa a ser ocupada por novos agentes sociais com interesses políticos divergentes dos agentes sociais locais. Atrelada a estes contextos, temos ainda a reestruturação social decorrente do conflito estabelecido entre as práticas espaciais preexistentes com aquelas desencadeadas pelas necessidades apresentadas pela hidrelétrica.

A partir da década de 1980, com a perda de atratividade econômica para grandes empreendimentos demonstrada pelas bacias hidrográficas das regiões Sul, Sudeste e Nordeste, a região Amazônica passa a ser o ambiente propício para a implantação de hidrelétricas, ocasionando com isso o início de uma relação conflituosa entre a indústria de

| Michelle Sena da Silva |

energia elétrica e os interesses da região (MACHADO; SOUZA, 2003). Considerando esta realidade empírica, nos assentamos no pensamento de Barrios (1986, p. 19), quando esta afirma que, “o espaço socialmente construído compreende o conjunto de elementos materiais transformados pelas práticas econômicas, apropriados pelas práticas políticas e constituídos em significações pelas práticas cultural-ideológicas”.

É neste sentido que a análise espacial sobre a inserção regional de empreendimentos hidrelétricos na Amazônia, mais especificamente o caso da UHE Belo Monte, deverá considerar a reestruturação econômica, política e social que ocorrerá na região em resposta aos estímulos externos que incidiram em determinada parcela do espaço regional, assim como os rebatimentos territoriais advindos deste processo.

Na verdade a Amazônia possui um enorme potencial hidrelétrico e regime pluviométrico com pequena variabilidade relativa as outras regiões do Brasil. Este país na busca de energia ‘limpa’ e de menor custo construiu uma matriz energética com mais de 80% de dependência nas hidrelétricas, e a Amazônia é seu último manancial de reserva potencial. Esse aproveitamento não é feito sem prejuízos ambientais e mudanças sociais (SOUZA; ROCHA; COHEN, 2003, p. 85).

Concernente a esta afirmativa observamos a materialização de uma reestruturação econômica em curso na região, que se consolida em virtude das práticas econômicas que modificam o espaço físico mediante exame de interesses dos grupos sociais que dirigem a produção e tecnologia como índice material preciso da relação entre a sociedade e o meio físico (BARRIOS, 1986). E este é um pensamento que pode ser verificado no momento em que observamos a forma como a ocupação espacial da região do Xingu inicialmente esteve atrelada às formas tradicionais de desenvolvimento, sendo a agropecuária a principal atividade induzida pela colonização dirigida. No entanto, com o advento da construção da Usina, a intensificação do fluxo migratório, a diversificação dos serviços necessários para o pleno desenvolvimento da hidrelétrica, as novas formas de espacialização e territorialização começam a ser verificadas, principalmente nos municípios da área diretamente afetada pelo empreendimento, já mencionados anteriormente.

Em se tratando da reestruturação política decorrente identificamos a contradição dos interesses de classes e a permanente confrontação de caráter estrutural entre grupos dominantes e dominados pelo controle das decisões que se adotam dentro de uma sociedade, sendo que de um lado temos o Estado que cria o espaço geopolítico ao subdividir as áreas para efeito de administração e controle e do outro os movimentos sociais que encontram nas limitações apresentadas os elementos que lhes justificam a luta política (BARRIOS, 1986).

| Michelle Sena da Silva |

A configuração espacial desta região conserva as impressões territoriais herdadas dos interesses exógenos à região desde a sua formação, apresentando resquícios espaciais dos projetos desenvolvimentistas vivenciados ao longo das últimas décadas. De forma mais efetiva, recentemente tem-se a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte como o marco da reestruturação produtiva em curso na referida região, que começa a redesenhar seu ordenamento territorial, no sentido de atender às demandas externas de desenvolvimento. Somado a estas duas estruturas temos, ainda, a reestruturação social que ocorre a partir do estabelecimento de práticas cultural-ideológicas que se mantêm entre duas lógicas: manter e reproduzir a ordem existente ou transformá-la em novas maneiras de fazer e pensar, pois estas ações utilizam as formas espaciais como suportes para a transmissão de mensagens de apoio ou negação da ordem vigente (BARRIOS, 1986).

Esses interesses conflitantes estabeleceram suas territorialidades de forma bem característica no que diz respeito à proposta de desenvolvimento a ser implementada. Pois, mesmo com a ideia de que este objeto espacial é importante para a sustentação do desenvolvimento do país, esta prerrogativa não é compatível com as necessidades e anseios da sociedade civil organizada da região. Exemplo clássico desta afirmação pode ser identificado a partir da implementação da UHE Belo Monte e a resistência social ao empreendimento.

Baseado no pensamento apresentado por Lipietz (1988), numa tentativa de compreensão da relação estabelecida entre a inserção regional do grande objeto UHE Belo Monte e as mudanças socioespaciais vivenciadas pela região, partimos do pressuposto de que a UHE Belo Monte segue uma proposta de desenvolvimento que não é proveniente de demandas sociais locais. Neste sentido, por estar atrelada à proposta de ordenamento territorial na escala nacional, preconiza um desenvolvimento regional ancorado na dotação de infraestrutura como sustentação dos polos de crescimento econômico que estão desafetos ao desenvolvimento local.

Se o espaço social é a dimensão espacial da sociedade considerada como totalidade, como comunidade material, como produto da atividade coletiva, independente das atividades particulares, e impondo-se a cada uma delas como uma força estranha, então ele mantém uma relação específica com as instituições que representam o interesse 'coletivo' e aparecem como 'comunidade ilusória': com o Estado (LIPIETZ, 1988, p. 149).

Há grande dificuldade de materializar a inserção regional do empreendimento, pois a dinâmica econômica será articulada em função do empreendimento, direcionando serviços e equipamentos desconhecidos pela sociedade local, assim como o incremento em setores que até então não existiam ou tinham pouca incidência nos municípios, como o

| Michelle Sena da Silva |

aumento na quantidade de empresas aéreas e intensidade de fluxo aéreo incidindo sobre a região, o aumento de lojas de departamentos e de grandes marcas, entre outras. Consonante com esta transformação ocorre a desarticulação do poder local em detrimento dos interesses desenvolvimentistas exógenos à região, pois a normatização e regulação do território é substituída e/ou flexibilizada para atender às necessidades de implantação do empreendimento, na qual o interesse público da nação subjuga as necessidades locais através de cooptação do poder local para a adesão desta sociedade ao projeto de desenvolvimento nacional.

A adesão ao projeto de desenvolvimento apresentado se assenta na ideia de que há uma identidade territorial propensa a defender o projeto Belo Monte como necessário ao pleno desenvolvimento da região do Xingu. No entanto, a partir do momento que os interesses locais setorializados não aparecem na agenda de implantação da hidrelétrica torna-se visível a intensificação da resistência social à construção da UHE Belo Monte. Desta forma, intensifica-se o processo de desestruturação societal local a partir da inserção de novos atores com interesses diferenciados sobre o território.

A carga ideológica que acompanha o desenvolvimento local configura-se como contraponto a intensificação do processo de exclusão social que vigora nas sociedades atuais. É o perceptível no pensamento de Bava (1996, p. 57), quando este afirma que:

O tema do desenvolvimento local ganha importância no cenário de redemocratização do país como uma alternativa de intervenção articulada de novos atores sociais e políticos 'na reorientação da ação do Estado', no sentido de atender aos objetivos de construção da cidadania e da melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. Neste sentido, coloca-se como um novo patamar de um processo de lutas sociais.

Uma questão que deve ser levantada refere-se ao sentido dual existente no discurso do desenvolvimento local. De um lado, temos a transferência da responsabilidade de responder as demandas sociais, que o Estado não tem mais capacidade (ou não quer ter), transferindo tais atribuições para as escalas subnacionais do poder público, ou seja, repassa para os governos locais a gestão dos conflitos advindos do bojo das demandas insatisfeitas. E de outro, a reorientação dos objetivos e ações do Estado no sentido de viabilizar a implantação de um projeto de desenvolvimento condizente com o caráter humano e sustentável, que para a sua realização necessitará de um conhecimento das especificidades locais e da mobilização dos poderes sociais localizados.

É inegável a ampliação das possibilidades da escala local – município – para agir de acordo com os preceitos globais de atrair para o seu território empresas que construam um cenário de competitividade que possa agir no desenvolvimento do local. De outra forma,

| Michelle Sena da Silva |

esta escala de atuação tem como diferencial oferecer um ambiente integrado culturalmente, enraizado de identidade cultural. Esses princípios irão ao encontro dos interesses do Estado em recomposição ao possibilitar que o mesmo cumpra de maneira eficaz as funções capitalistas de acumulação e legitimação, tornando-se impermeável perante as demandas sociais e fortalecendo sua hegemonia e governabilidade.

A recomposição social em torno ao local seria resultado da perda da eficácia reguladora das estruturas e instituições do Estado-Nação como referente unificador da regulação do território. Por um lado, as pressões do capitalismo global demandariam medidas supranacionais (continentais) e, por outro, a crise de legitimidade do capitalismo exigiria medidas intranacionais (locais e regionais) (ACSELRAD, 2002, p. 39).

Não se pode negar importância às determinações de caráter generalizado como a reestruturação econômico-produtiva, que propõe uma redefinição do papel atribuído ao Estado, e conseqüentemente a reafirmação de uma sociedade mais cidadã, ambas produzidas pela globalização. Essas determinações compõem a emergência das novas configurações socioespaciais que se apresentaram em cada território, juntamente com a singularidade apresentada por cada parcela espacial. O importante é considerar-se que a gestão local com participação social é o casamento perfeito para garantir vida no município (FERREIRA, [2004]).

Dentro dos princípios que regem o período atual tanto a ciência como outros campos da vida cotidiana irão primar por analisar as configurações socioespaciais de âmbito localizado, elevando o município como a escala de análise principal para se entender como as sociedades têm processado as grandes transformações em seus territórios, partindo de outro referencial espacial que não seja o do Estado-Nação. Com isto, nos assentamos no pensamento de que

A realidade da sociedade moderna já condenou o modelo normativo tradicional, que centraliza suas ações a serem desenvolvidas hierarquicamente e de cima para baixo. Busca-se construir gestões mais participativas, que adotem posturas flexíveis se possível horizontalizando as ações, desde o planejamento até a execução. A participação dos usuários e interlocutores em todo o processo de negociação e tomada de decisões é a legítima base de sustentação das ações do governo municipal (FERREIRA, [2004]).

No âmbito das políticas escalares verificou-se que no início do séc. XX as relações desenvolvimentistas eram travadas entre a escala nacional e internacional. Atualmente, essa questão é assistida entre o global e o local, no qual enfatizamos o papel a ser desempenhado pelo município, território local, como implementador das políticas públicas

| Michelle Sena da Silva |

gestadas a nível global. Neste contexto, é instituído ao município um papel central, haja vista que,

No Brasil, a estrutura de gestão político-administrativa mais próxima do cotidiano social é o Município e sendo esta a escala onde a atuação do poder público se apresenta mais perceptível, este se torna um objeto de análise privilegiado para se compreender as diversidades espaciais que correm no território brasileiro, já que se acredita que a atuação do poder público municipal, além de afetar a dinâmica sócio-econômica da circunscrição territorial local, reflete-se e influi no quadro sócio-espacial que se configura no País (RODRIGUES, 2004, p. 53).

Verifica-se, então, o pensamento de que o município passa a ter um papel privilegiado para atuar nos processos de desenvolvimento, haja vista, a importância que o mesmo passa a ter com a reforma administrativa vigente no país a partir da década de 1980. E isso não só no aspecto político administrativo, como também no meio acadêmico principalmente. Vários ramos da ciência passam a ter o município como escala primordial de estudo. Concordamos com Rocha (1999) quando este afirma que o município se constitui um instrumento, na atualidade, indispensável para a reestruturação das relações sociais e o reordenamento das relações entre o Estado/Sociedade/Território. É dentro desta lógica que percebemos uma revalorização do município enquanto espaço privilegiado, alternativo, para recompor a hegemonia e a re-legitimação do Estado perante as sociedades locais.

O município de Altamira, dada a sua dinâmica espacial constituída historicamente pelos rebatimentos territoriais dos vários ciclos econômicos vivenciados desde o século XVII (Colonização Jesuíta, 1º Ciclo da Borracha, 2º Ciclo da Borracha, Abertura da Transamazônica e instalação da UHE Belo Monte), apresenta características político-administrativas fortalecidas para responder às demandas sociais ocorridas nos últimos momentos. No entanto, obstáculos são postos para a real efetivação da gestão e planejamento do desenvolvimento local, entre os quais a disputa territorial entre as diversas escalas do poder público, e dessas com a empresa construtora de Belo Monte, se apresenta como a mais urgente a ser superada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade do país dos anos 1980 possibilitou mudança na atuação das esferas de poder público no que diz respeito à aplicação de políticas públicas de promoção do desenvolvimento, seja econômico e/ou socioambiental. Estas saem da agenda da esfera nacional para, cada vez mais, serem responsabilidades das esferas subnacionais, estados e

| Michelle Sena da Silva |

municípios. Sendo assim, questões como descentralização, ganham destaque nos debates nacionais. A escolha das unidades territoriais se assenta nas determinações apresentadas por cada corrente teórico-metodológica que faz parte da história da Geografia enquanto ciência. Pensar o resgate dessas unidades nos revela a importância que cada uma representou de avanço para a consolidação da Geografia como um campo científico, de forma que possibilitou dentro de suas perspectivas uma base de análise para os processos existentes na produção do espaço geográfico.

Uma relação que deve ser elaborada para a sustentação de um modelo de desenvolvimento para a região condiz com a necessidade de se conjugar três aspectos relevantes, tais como a busca da harmonia entre economia e ecologia, o que não se demonstra de fácil acessibilidade; o emprego de instrumentos normativos que regulem a apropriação dos territórios, levando em consideração a sustentabilidade; a adoção de instrumentos políticos que almejem a materialização dos preceitos advindos das necessidades socioambientais, bem como a apropriação dos produtos, cujo objetivo seja a maximização do uso e não a depredação desses recursos.

Torna-se recomendável que toda e qualquer política desenvolvimentista tenha como preceitos básicos os princípios da sustentabilidade que são: a eficácia na utilização e na apropriação dos territórios e recursos naturais, a potencialização dos anseios socioambientais locais como parâmetro para a materialização do desenvolvimento e a descentralização política como princípio de transparência na tomada de decisões. Desta forma, pretende-se desmistificar a desarticulação existente entre a gestão do território e a gestão ambiental que tem como motivação a incapacidade de implementação, por parte do poder público, de políticas territoriais integradas cuja materialização seja voltada para a transformação socioespacial a partir da regulação das ações individuais e coletivas para o alcance do desenvolvimento de forma ampliada.

Na contemporaneidade outras unidades territoriais são utilizadas para a implementação do pensamento desenvolvimentista. Nossa preocupação não é fazer um resgate de todas as unidades, mas sim apresentar a inserção da escala local como palco possível de proposição e materialização do desenvolvimento, haja vista a importância que município assume nas últimas décadas na agenda política a nível global. Neste contexto, a feição apresentada pelo Estado deriva do estágio de desenvolvimento que uma sociedade tem em relação ao espaço que habita, ou seja, o espaço encerra as condições do trabalho da sociedade, que aumentam progressivamente com o seu desenvolvimento, logo, a questão do domínio do espaço ocupa lugar central na história (RATZEL, 1914 apud MORAES, 1990).

| Michelle Sena da Silva |

Levando em consideração que as tessituras derivam de um enquadramento do poder e que a organização territorial está pautada na materialização desta no espaço é possível entender a relação que queremos estabelecer entre o homem e o meio, colocando a problemática da unidade territorial local como um princípio para se efetivar uma proposta de desenvolvimento que parte do âmbito localizado para a ação do agente indutor do desenvolvimento, o Estado. Não se pode negar importância às determinações de caráter generalizado como a reestruturação econômico-produtiva, que propõe uma redefinição do papel atribuído ao Estado, e consequentemente a reafirmação de uma sociedade mais cidadã, ambas produzidas pela globalização.

A análise das abordagens apresentadas considera que mesmo com a diferenciação do papel atribuído ao local, ora configurando como componente essencial para a reprodução capitalista, ora como elemento de transformação sócio-político-econômico, em ambos o desenvolvimento local é entendido como inovador, considerando os modelos de desenvolvimento vigente. A construção de uma agenda que atenda aos princípios do desenvolvimento com base na sustentabilidade deve levar em consideração algumas premissas como a erradicação da pobreza, a utilização de recursos renováveis, o uso racional dos recursos não renováveis. E, de caráter social, construir bases descentralizadas do poder público como forma de fortalecer os poderes localizados, que vêm sendo defendidas por vários ramos acadêmicos, enquanto democratização na utilização dos recursos disponíveis.

A implantação da hidrelétrica segue uma proposta de desenvolvimento econômico elaborada em escala global/nacional que desconsidera os interesses dos grupos sociais preexistentes na Região de Integração do Xingu, desencadeando com isto uma nova dinâmica de (re) produção espacial que se materializará no município de Altamira com maior intensidade do que nos outros municípios. Consequentemente, ocorre um intenso processo de reestruturação econômica baseado na instalação de redes de infraestrutura com funcionalidade essencialmente voltada para a instalação e operação da hidrelétrica, o que impacta sobremaneira na forma como as demandas sociais da população local são contemporizadas. Desta forma, observamos que a busca pela homogeneização da lógica capitalista, ao estruturar a competitividade e a seletividade espacial, desencadeia um intenso processo de fragmentação, e, concomitantemente, implementa e consolida a hierarquização espacial na região de incidência da hidrelétrica, tendo Altamira como espaço privilegiado, seja nos ganhos econômicos, seja nos problemas urbanos vivenciados.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Território e Poder: a política das escalas. In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. p. 33-44.

AGIER, M. **Encontros etnográficos**: interação, contexto, comparação. São Paulo/Maceió: Ed. UNESP/Ed. UFAL, 2015.

ALBAGLI, S. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. In: CASSIOLATO, J. E. & LASTRES (Org.). **Globalização e inovação localizada**: experiências de sistemas locais no Mercosul. Brasília: IBICT/MCT, 1999. p. 181-198.

AJARA, C. A abordagem geográfica: suas possibilidades no tratamento da questão ambiental. In: MESQUITA, O. V.; SILVA, S. T. (Coord.). **Geografia e a questão ambiental**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1993. p. 9-11.

BAVA, S. C. Desenvolvimento Local: uma alternativa para a crise social?. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo/SEADE, v. 10, n. 3, p. 53-59, 1996.

BARRIOS, S. A produção do espaço. In: SOUZA, M. A. A.; SANTOS, M. (Org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. p. 1-24.

BECKER, B. K. A geografia e o resgate da Geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro/IBGE, n. 50, p. 99-125, 1988.

BECKER, B. K.; GOMES, P. C. C. Meio Ambiente: matriz do pensamento geográfico. In: VIEIRA, P. F.; MAIMON, D. (Org.). **As Ciências Sociais e a Questão Ambiental**: rumo à interdisciplinaridade. Belém: APED/NAEA, 1993. p. 147-174.

BECKER, B. K. **Amazônia**. 6. ed. São Paulo: Ed. Ática, 1998.

BRAGA, T. **Desenvolvimento Local Endógeno e suas aplicações na formulação de políticas municipais**: descentralização/participação ou fragmentação/estratégia de legitimação. Porto Alegre: ANPUR, 1999.

CALLAI, H. C. **O estudo do município e o ensino de História e Geografia**. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

COELHO, M. C. Impactos Ambientais em Área Urbanas: teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Org.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 19-45.

FEARNSIDE, P. M. **Hidrelétricas na Amazônia**: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: Editora do INPA, 2015.

FERREIRA, J. S. **O município no desempenho constitucional vigente**. Belém: NAEA/UFPA, [2004].

LEFEBVRE, H. O Espaço. In: _____. **Espaço e Política**. Belo Horizonte, UFMG: 2008. p. 36-57.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1980.

MACHADO, J.; SOUZA, R. Fatores determinantes da construção de hidrelétricas na Amazônia: bases para exigência de indenização. In: ARAGÓN, L.; CLÜSENER-GODT, M. (org.). **Problemática do uso local e global da água da Amazônia**. Belém: NAEA, 2003. p. 209-251.

MORAES, A. C. R. (Org.). **Ratzel**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1990.

OLIVEIRA, J. A. **Cidades na Selva**. Manaus: Valer, 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, G. M. **A construção da usina hidrelétrica e os processos de redivisão político-territorial na área de Tucuruí (PA)**. 1999. 270 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

ROCHA, G. M.; GOMES, C. B. A construção da hidrelétrica e as transformações espaciais na região de Tucuruí. In: TRINDADE JR., S. C.; ROCHA, G. M. (Org.). **Cidade e Empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. Belém: Pakatatu, 2002. p. 27-57.

ROCHA, G. M. Usinas hidrelétricas, apropriação dos recursos hídricos na Amazônia e o desenvolvimento regional. In: ARAGÓN, L.; CLÜSENER-GODT, M. (Org.). **Problemática do uso local e global da água da Amazônia**. Belém: NAEA, 2003. p. 253-269.

RODRIGUES, J. N. **O município como escala de gestão no Brasil contemporâneo**. 2004. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

RODRIGUES, C. A teoria geossistêmica e sua contribuição dos estudos geográficos e ambientais. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo: USP, n. 14, 2001. p. 69-77.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, S. M. M. e PIRES, M. C. S. O município e a gestão urbana: novas exigências. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo/SEADE, v. 10, n. 3, p. 88-95, 1996.

SOUZA, J. R. S.; ROCHA, E. J. P.; COHEN, J. C. P. Avaliação dos impactos antropogênicos no ciclo da água na Amazônia. In: ARAGÓN, L.; CLÜSENER-GODT, M. (Org.). **Problemática do uso local e global da água da Amazônia**. Belém: NAEA, 2003. p. 69-94.

TRINDADE JR., S. C. Cidades na Floresta: os grandes objetos como expressões do meio técnico-científico-informacional no espaço amazônico. **Revista IEB**, São Paulo/IEB/USP, n. 50, p. 113-137, 2010.

VAINER, C. B. As escala de poder o poder das escalas: o que pode o poder local? In: CARDOSO, A. L. [et al.]. **Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

| Michelle Sena da Silva |

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. G. B. **Grandes Projetos Hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

UMBUZEIRO, A. **Altamira e sua História**. Belém: Ponto Press, 2012.